

01

O uso de jogos e de brincadeiras na inclusão escolar da educação infantil

Patricia Ferreira dos Santos

Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

DOI: 10.47573/aya.5379.2.100.1

RESUMO

As relações de consumo hoje definem o lugar social de cada pessoa e com as crianças isso não é diferente: elas almejam jogos atualizados, recursos tecnológicos modernos, roupas da moda e demais elementos que fazem parte da contemporaneidade. Ao enveredarmos nesse caminho, compreendemos que a educação inclusiva precisa ser elemento presente na educação infantil para que não haja exclusão social no presente e no futuro dessas crianças. Isto porque o Brasil é um dos países de maior desigualdade social e esse cenário reflete na sala de aula. Espaço onde as crianças, quando não orientadas, podem excluir os colegas por inúmeros motivos. Dentre esses os jogos e os brinquedos que elas levam para a instituição escolar e utilizam nos momentos de recreação. Esse artigo apresenta, justamente, uma revisão bibliográfica acerca da inclusão escolar promovida através dos jogos e brinquedos. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo geral: apresentar reflexões teóricas-metodológicas para a inclusão escolar na educação infantil. O artigo contou com o seguinte aporte teórico: Geraldi (2015); Oleias (2003) Friedmann (2000); Huizinga (2000); PCN's (1998); BNCC (2015); Santos (2003) entre outros. Ao final deste trabalho foi possível compreender que a educação contribui para a transformação dos indivíduos e as crianças precisam aprender sobre o respeito ao próximo em seus diversos contextos.

Palavras-chave: inclusão escolar. educação infantil. ludicidade.

INTRODUÇÃO

O ato de ensinar requer uma relação profunda entre teorias e práticas, por isso os educadores precisam estar em constante atualizações pedagógicas e científicas. Embora pareça simples, a temática tem sido alvo de debates e diversas críticas, pois na maioria das vezes a escola não consegue promover um ensino dinâmico e prazeroso aos olhos do alunado. Essa visão errônea sobre a instituição escolar ganhou adeptos através dos modelos tradicionais que colocava os professores como detentores do saber, a escola como única fonte de conhecimento e os alunos como meros receptores de informação.

Essa tríade se estabeleceu por muitos anos e influenciou as gerações atuais a não perceberem a escola como um espaço contextualizado e dinâmico. O fato é que a educação precisa ser vivenciada conforme cada época e cada geração. E nesse contexto, a geração pós-moderna permite-se definir o lugar social dos indivíduos por meio do consumo. Tal observação reflete não somente na vida dos jovens e adultos, mas também nas crianças que vivem cercadas de desejos e anseios. Suas escolhas giram em torno do que de mais atual tem no mercado dos jogos e recursos tecnológicos.

Ao refletimos sobre o cenário citado, compreendemos que a escola precisa interferir na manutenção dessa excludente realidade, ou seja, apresentar as crianças alternativas de construir um mundo mais justo e igualitário. Isto porque o Brasil é um dos países de maior desigualdade social no mundo e isso reflete na sala de aula. Esse artigo apresenta, justamente, uma revisão bibliográfica acerca do uso dos jogos e brinquedos na aprendizagem da criança, trazendo reflexões sobre o uso desses de forma consciente.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e tem como objetivo geral:

apresentar reflexões teóricas-metodológicas para a inclusão escolar na educação infantil através de jogos e brincadeiras. Para chegarmos ao nosso objetivo geral, percorremos os seguintes objetivos específicos: (1) Refletir sobre as desigualdades sociais presentes no sistema educacional brasileiro; (2) discorrer sobre os jogos e as brincadeiras como ferramentas de aprendizagem; Apresentar reflexões teóricas-metodológicas sobre ludicidade e inclusão social.

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: UM DEBATE PERTINENTE

Segundo Moretto (2009), a escola é uma instituição que tem como objetivo oferecer aos estudantes saberes socialmente construídos, visando a sua inserção numa cultura singular. Essa definição mostra que a escola não tem apenas a função de ensinar os conteúdos que se encontram nos livros didáticos, mas deve atuar na preparação do aluno como ser social, capaz de agir e de solucionar problemas em seu meio. Nesse contexto, a escola torna-se o lugar de maior possibilidade de desenvolvimento emancipatório dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's (BRASIL, 2001) também colaboram com a visão de uma educação contextualizada que dá aos indivíduos subsídios, oportunidades de encontrar soluções para os problemas em sociedade. Todavia esses e outros preceitos citados pelos PCN's (2001) e Moretto (2001) só são possíveis quando o professor se atualiza constantemente em capacitações, pós-graduações e outras atividades que permitem o aprender e reaprender da contemporaneidade.

Na verdade, são as constantes leituras e pesquisas que dão subsídios para o docente colocar em prática metodologias dinâmicas, ativas que promovem bem-estar aos envolvidos. No entanto, falar em pesquisas e formações constantes é no mínimo complexo, visto que no Brasil o professor da educação básica não recebe um alto salário, não tem vale transporte, não recebe plano de saúde, bolsas para pesquisas e ainda tem seu tempo diminuído porque precisa trabalhar em mais de um vínculo para ter uma melhor qualidade de vida. De acordo com Geraldi (2012, p.14),

Numa sociedade como a brasileira – que, por sua dinâmica e política divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupo e distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos –, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também expressão dessa mesma situação. [...] no mercado da miséria, alguns reais a mais no salário representarão certamente alguns anos de sobrevivência.

Geraldi (2012) fala sobre a miséria e o ensino de língua, mas ampliamos essa constatação para todos os níveis de ensino e enfatizamos que o prejuízo maior está nas escolas periféricas. Escolas estas por vezes deterioradas, faltando cadeiras e espaços limitados. O cenário é desafiador e imprevisível, pois para lecionar com qualidade e dignidade, os professores precisariam, no mínimo, de condições melhores de trabalho para dedicar tempo as leituras e pesquisas já citadas. Para Antunes (2007, p. 40),

Não pode haver uma prática eficiente sem fundamentação num corpo de princípios teóricos, sólidos e objetivos. Não tenho dúvidas: se nossa prática de professores se afasta do ideal é porque nos falta. Entre outras muitas condições, um aprofundamento teórico acerca de como funciona o fenômeno da linguagem humana.

Na verdade, quando não existe a atualização de pressupostos teóricos, o profissional pode vivenciar à prática de repetir os mesmos planos e projetos de anos passados nas gerações

atuais, acreditando fazerem os mesmo efeitos. Assim sendo, é preciso, antes de tudo, motivar os docentes, dar-lhes oportunidades de aprendizagem para posteriormente colherem os frutos de uma educação justa e igualitária.

Todavia, não são somente os professores da educação básica de escola pública que sofrem com os problemas da desigualdade social no Brasil, os alunos e seus familiares também enfrentam desafios diários no quesito oportunidades. Estes em sua maioria são assalariados desempregados ou vivem de assistência social promovida pelo governo. Conforme Yannoulas (2013, p. 16):

No Brasil, a luta por uma educação pública de qualidade para todos é pleiteada por movimentos sociais e entendida como elemento fundamental de uma sociedade democrática e republicana. Contudo, o debate sobre a universalização da educação deve estar acompanhado de uma reflexão sobre o papel que o sistema educacional assume na realização de políticas sociais focalizadas, como a política de assistência social.

A ideia aqui não é criticar ou elogiar os governantes, a questão maior é perceber a relação direta que existe entre a desigualdade social e a educação pública brasileira. Ora, se uma criança ou adolescente não tem como se alimentar, se vestir com qualidade ou viver uma infância digna, as consequências serão desastrosas no seu emocional e isto dificultará a visão positiva de um sentido na escola. Em todo sentido, quando pensamos nas crianças que vivem em estado de miséria, logo nos preocupamos mais com a fome do que com os conteúdos escolares.

A situação que parece dicotômica, na verdade nunca esteve tão atrelada, pois a educação pode ser a porta de libertação de um povo, no caso esse povo citado, porém como priorizar o ensino, a escola quando se tem que trabalhar para ajudar no sustento da família? Essa é sem dúvida a realidade de muitas crianças e adolescentes no Brasil. E essas crianças estudam em escolas públicas, porque em um país com tamanha desigualdade social a educação também não seria o nivelamento de um povo, isto é, aquele que tem um poder aquisitivo mais elevado escolhe as redes privadas para atender seus filhos e responsáveis. Para Yannoulas (2013, p. 17):

Existe um debate quase permanente sobre o poder da educação para resolver os problemas da desigualdade social. Ora se espera tudo da educação, ora se coloca a educação como a fonte da eterna reprodução da mesma sociedade desigual. A educação formal pública é uma das demandas das sociedades modernas.

O autor reflete sobre as questões já citadas por nós e sobre a linha tênue existente entre educação e desigualdade social. Acrescenta que para muitos a educação até seria uma reprodução de ideias exclusivas, à medida que não abre oportunidades para a transformação crítica do aluno em relação a sua realidade. No entanto, nos perguntamos: os docentes ou a comunidade geral poderiam oportunizar sozinhos uma maior qualidade de ensino aos estudantes? A resposta é não. É inviável que a escola de forma individual, sem o apoio da família e das políticas públicas consiga uma ascensão social para seus estudantes.

Tal afirmativa não é regra. Reconhecemos que mesmo em meio as desigualdades sociais existem indivíduos que podem interromper o ciclo de miséria. Para Saviani e Duarte (2010, p. 422-423): “[...] o homem não se mantém preso às suas condições situacionais e pessoais. Ele é capaz de transcender a situação, assim como as opções e os pontos de vista pessoais, para colocar-se na perspectiva universal [...]”.

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA ESCOLA

A Educação Infantil é a modalidade de ensino na qual a criança aprende brincando, ou seja, nessa etapa a diversão e o prazer são características relevantes para o desenvolvimento da inclusão, da cognição, da afetividade e da interação em sala de aula. Essas experiências, quando positivas, provocam nos alunos proteção e permanência no espaço escolar. De acordo com Rocha (2010, p. 2),

Os jogos, as brincadeiras têm uma importância significativa para o ensino infantil, pois é meio de alcançarmos de forma pedagógica o desenvolvimento, crescimento e a aprendizagem das crianças, isto porque estes fazem parte do mundo da criança, para elas a brincadeira não é diferente da realidade, pois elas não sabem distinguir, os jogos fazem parte de sua vida.

Nessa perspectiva, percebemos que a criança recebe muito bem atividades lúdicas relacionadas à aprendizagem e principalmente se essas atividades as farão movimentar-se: pular, correr, jogar bola, entre outros movimentos que as ajudam liberar as energias. Para Friedman (2000), ao inserirmos o jogo dentro da escola, criamos a possibilidade de se repensar o papel da educação utilizando-a numa perspectiva criadora, autônoma e consciente. Da mesma ideia compartilha Rodrigues (2000, p. 86), “o jogo é uma atividade rica e de grande efeito que responde às necessidades lúdicas, intelectuais e afetivas dos estudantes.”

Quando pensamos nos jogos e nas brincadeiras, logo nos vêm à mente todas as crianças juntas e unidas em ampla diversão, mas como pensar em uma turma única ou brincadeiras generalizadas, quando existe em uma sala de aula uma diversidade de estudantes. É nesse contexto que percebemos o quanto a inclusão precisa estar atrelada a aprendizagem dos alunos, pois se o professor permitir que os estudantes selecionem seus parceiros nas brincadeiras, pode ser que eles não escolham os colegas cadeirantes, autistas, surdos, entre outros. E por mais intencional que a atitude seja, os colegas estariam sofrendo exclusão escolar dentro de um ambiente que precisar incluir e transformar os indivíduos.

De acordo com Nascimento (2014), é preocupante o fato de muitas escolas ainda não assegurarem uma educação de qualidade e ter uma prática que é mais excludente do que inclusiva. Grande parte das escolas não apresentam condições estruturais e didático-pedagógicas satisfatórias para atender todas as crianças, além de discriminar também os marginalizados. É preciso transformá-las, e esta transformação depende de cada um, da sociedade em geral e principalmente dos professores, pois é um passo importante para que os alunos sejam recebidos em sala de aula. De acordo com Cunha (2015, p.15),

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (CUNHA, 2015, p. 71).

Essa renovação ressaltada por Cunha (2015) não é uma tarefa fácil para a escola ou para o professor, mas as experiências de muitos professores têm demonstrado que é possível e gratificante trabalhar em sala de aula com inclusão e respeito à diversidade, principalmente com a educação infantil, fase na qual os pais ou responsáveis esperam que suas crianças aprendam a conviver com os colegas e sejam respeitadas em seus diversos contextos. Isto porque para a sociedade no geral a escola é responsável pela transformação dos indivíduos, permitindo a mudança de comportamentos que agridem a dignidade do outro.

E quando falamos em respeito à dignidade, estamos nos referindo ao respeito recíproco entre alunos e professores porque é na escola que a transformação precisa ser contínua e estendida ao lar ou vice-versa. Para Cunha (2015, p. 153), “em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado”. Nas palavras de Mantoan (2003, p.15):

A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos.

É nesse “aprender de diversos modos” que ressaltamos a importância de uma aprendizagem lúdica. Através de jogos e brincadeiras as crianças podem desenvolver inúmeras habilidades pertinentes as suas idades, além de aprender sobre o respeito ao colega dentro e fora do ambiente escolar. Assim sendo, cabe ao docente estar atento a inclusão em sala, deixando o ambiente o mais agradável possível. Para Oleias (2017, p.14),

Os jogos educativos apresentam conteúdo e atividades práticas com objetivos educacionais baseados no lazer e diversão. A motivação do aprendiz acontece como consequência da abordagem pedagógica adotada que utiliza a exploração livre e o lúdico. Os jogos educacionais aumentam a possibilidade de aprendizagem além de auxiliar na construção da autoconfiança e incrementar a motivação no contexto da aprendizagem.

Oleias (2017) reconhece que uma abordagem pedagógica através de jogos e brincadeiras apresenta subsídios para que a criança queira permanecer no ambiente escolar, pois as crianças se interessam por aquilo que as alegrem, as deixam eufóricas e agitadas. Uma criança de 4 ou 5 anos não consegue aprender com horas de aulas expositivas, por isso seu desenvolvimento precisa partir de atividades interativas habilitadas as suas idades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, nosso interesse na execução desse trabalho foi observar formas de aperfeiçoar o ensino na educação infantil. Acreditamos que as reflexões aqui colocadas podem contribuir para uma educação inclusiva e libertadora para discentes e docentes. Ao longo dessa revisão bibliográfica, revisitamos um Brasil que ainda sofre com a miséria e as desigualdades sociais de uma grande parte do seu povo.

Ao término deste artigo, conseguimos responder ao objetivo geral colocado e apresentamos fundamentos científicos para acreditar que sim, as aulas através de jogos e brincadeiras são ferramentas promissoras na construção na inclusão escolar. Ratificamos que a temática elucidada é relevante para o contexto no qual vivemos, visto que aperfeiçoa a relação entre os pequenos estudantes.

Para tanto, o ato de incluir precisa ser visto como direito a todas as crianças e consequentemente a todos os cidadãos. Na verdade, incluir é reconhecer que existe uma diversidade de pessoas que merecem nossa nosso respeito em todas as situações. As limitações físicas ou intelectuais de um indivíduo não pode servir de porta para a discriminação e isto pode ser construído com as crianças ao longo da sua vida escolar.

A escola é para uma maioria, que vive na miséria, o lugar de alegria e bem-estar. Dentro

desse contexto é interessante que todos possamos contribuir para as realizações positivas na educação. Por fim, é sabido que a inclusão escolar não é um trabalho fácil e trabalhar com jogos e brincadeiras requer planejamento e estudos por parte do docente, evitando assim que as aulas se tornem meros momentos recreativos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 10.ed.-São Paulo: Atlas, 2010.
- BENEDITO, L. S. *et al.* Educação física escolar: no combate a obesidade infantil. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo. v.28. n.3. 2013
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa. Brasília, 1997.
- BRASIL, Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- CARVALHO, *et al.* Auto Conceito e imagem em crianças obesas. Brasileira de Saúde Materno Infantil. Recife, v. 4, nº 3, p: 263 a 268, julho / Universidade de São Paulo. São Paulo, janeiro, 2005.
- CUNHA, M. S. Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.
- DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não participantes de atividade física. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes. v. 18, n. 1, p. 61-80, 2004.
- FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender, o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2000.
- KISHIMOTO, T. M. O brinquedo na educação: considerações históricas. Ideias, o cotidiano da pré-escola. São Paulo, n.7, pp.39-45, 1990. Fundação para o Desenvolvimento da Educação.
- LEÃO, Leila S. C. de Souza, *et al.* Prevalência de Obesidade em escolares de Salvador, Bahia. Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metodologia. São Paulo, v. 47, nº 2, pág: 151 a 157, abril, 2003.
- MEIRA, M. E. M. Desenvolvimento e aprendizagem: reflexões sobre as relações e implicações para a prática pedagógica. Revista Ciência e Educação, Bauru, v. 5, n. 2, 1998.
- MORETTO, V P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências – 4. ed. Petrópolis: vozes, 2009.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- NEIRA, M. G.; JÚNIOR, M. S. A educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, set. 2016.
- SANTOS, A. Obesidade Infantil: excessos na sociedade. Boletim da saúde. Rio Grande do Sul, V. 17, nº 1, p. 98-104, 2003.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento, v. 3, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>. Acesso em: 24 de julho de 2020

SOARES, C. L. *et al.* Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA., C L.; FISBERG, Mauro. Obesidade da Infância e Adolescência – Uma Verdadeira Epidemia. São Paulo, Arq. Brás.. V. 47, nº 2, pág: 107 a 108, abril, 2003.

OLEIAS, V. J. A importância dos jogos. Disponível em: <[http:// www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html](http://www.cds.ufsc.br/~valmir/cl.html)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

RONCA, P. A. C.; TERZI, C. A. A aula operatória e a construção do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Edesplan, 1995.